

**2010**

# Plano Municipal de Emergência de Loures

## ÍNDICE

### PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....  | 12 |
| 2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO .....   | 13 |
| 3. OBJECTIVOS GERAIS .....   | 13 |
| 4. ENQUADRAMENTO LEGAL .....   | 14 |
| 5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DO PLANEAMENTO .....                                 | 14 |
| 6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO ..... | 15 |
| 7. ACTIVAÇÃO DO PLANO .....  | 15 |
| 7.1. COMPETÊNCIA PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO .....                                 | 15 |
| 7.2. CRITÉRIOS PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO .....                                   | 17 |
| 8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS .....  | 17 |

### PARTE II - ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA

|  |    |
|--|----|
| 1. CONCEITO DE ACTUAÇÃO .....                                      | 20 |
| 1.1. AUTORIDADE POLÍTICA DE PROTECÇÃO CIVIL .....                  | 20 |
| 1.2. COMISSÕES DE PROTECÇÃO CIVIL .....                            | 20 |
| 2. EXECUÇÃO DO PLANO .....   | 21 |
| 2.1. FASE DE EMERGÊNCIA .....                                      | 21 |
| 2.2. FASE DE REABILITAÇÃO .....                                    | 22 |
| 3. ARTICULAÇÃO E ACTUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES ..... | 23 |
| 3.1. MISSÃO DOS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL .....                   | 24 |
| 3.2. MISSÃO DOS ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO .....              | 27 |

### PARTE III - ÁREAS DE INTERVENÇÃO

|   |    |
|---|----|
| 1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS .....          | 34 |
| 2. LOGÍSTICA .....                                  | 36 |
| 2.1. APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO ..... | 36 |
| 2.2. APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES .....            | 38 |
| 3. COMUNICAÇÕES .....                               | 40 |
| 4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO .....                       | 44 |
| 5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO .....                 | 48 |
| 6. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA .....                | 48 |
| 7. SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS .....   | 49 |
| 8. SOCORRO E SALVAMENTO .....                       | 50 |
| 9. SERVIÇOS MORTUÁRIOS .....                        | 51 |
| 10. PROTOCOLOS .....                                | 52 |

## PARTE IV - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

|  |     |
|--|-----|
| SECÇÃO I .....   | 55  |
| 1. ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTECÇÃO CIVIL EM PORTUGAL .....  | 55  |
| 1.1. ESTRUTURA DA PROTECÇÃO CIVIL .....  | 55  |
| 1.2. ESTRUTURA DAS OPERAÇÕES.....  | 57  |
| 2. MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL.....   | 59  |
| 2.1. COMPOSIÇÃO, CONVOCAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL .....          | 59  |
| 2.2. CRITÉRIOS E ÂMBITO PARA A DECLARAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE ALERTA, CONTINGÊNCIA OU CALAMIDADE..... | 61  |
| 2.3. SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO, ALERTA E AVISO .....  | 64  |
| SECÇÃO II .....  | 67  |
| 1. CARACTERIZAÇÃO GERAL .....  | 67  |
| 2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA.....  | 70  |
| 2.1. OROGRAFIA/DECLIVES.....   | 70  |
| 2.2. EXPOSIÇÃO DE VERTENTES .....  | 73  |
| 2.3. GEOLOGIA .....  | 75  |
| 2.4. SISMICIDADE.....  | 77  |
| 2.5. CLIMA .....   | 78  |
| 2.5.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL.....   | 78  |
| 2.5.2. TEMPERATURA .....   | 80  |
| 2.5.3. PRECIPITAÇÃO .....  | 80  |
| 2.5.4. HUMIDADE RELATIVA .....   | 81  |
| 2.5.5. VENTO.....  | 82  |
| 2.6. RECURSOS HÍDRICOS .....   | 83  |
| 2.7. QUALIDADE DO AR .....   | 85  |
| 2.8. USO DO SOLO .....   | 87  |
| 3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA .....   | 90  |
| 3.1. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS.....   | 90  |
| 3.1.1. DENSIDADE POPULACIONAL.....   | 91  |
| 3.1.2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO.....  | 93  |
| 3.1.3. ESTRUTURA ETÁRIA .....  | 96  |
| 3.2. NÚMERO DE ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS.....  | 99  |
| 3.3. DINÂMICAS ECONÓMICAS .....  | 102 |
| 3.4. TECIDO EMPRESARIAL.....   | 106 |
| 4. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS .....   | 108 |
| 4.1. REDE VIÁRIA .....   | 108 |
| 4.1.1. RODOVIÁRIA.....   | 108 |
| 4.1.2. FERROVIÁRIA.....  | 110 |
| 4.2. TELECOMUNICAÇÕES .....  | 115 |
| 4.3. ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....   | 116 |
| 4.4. ELECTRICIDADE .....   | 117 |
| 4.5. COMBUSTÍVEIS.....   | 119 |
| 4.6. AEROPORTOS.....   | 120 |
| 4.7. PATRIMÓNIO .....  | 122 |
| 4.8. INSTALAÇÕES DOS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL.....   | 123 |
| 4.9. INSTALAÇÕES DE APOIO ÀS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL .....                                  | 127 |
| 4.9.1. ESCOLA DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA .....   | 127 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.9.2. TORRE DE VIGIA .....  | 130 |
| 4.9.3. DEPÓSITOS DE ÁGUA .....   | 132 |
| 4.10. SAÚDE – HOSPITAIS .....  | 134 |
| 5. CARACTERIZAÇÃO DO RISCO .....   | 136 |
| 5.1. ANÁLISE DE RISCO .....  | 136 |
| 5.2. ANÁLISE DA VULNERABILIDADE .....  | 139 |
| 5.3. ESTRATÉGIAS PARA A MITIGAÇÃO DE RISCOS .....                                      | 139 |
| 6. CENÁRIOS .....  | 172 |
| 6.1. CENÁRIO 1 – DESLIZAMENTO DE UMA PARTE DO TALUDE MILITAR .....                     | 173 |
| 6.1.1. IMPLANTAÇÃO GEOGRÁFICA .....  | 173 |
| 6.1.2. IMPLANTAÇÃO VIÁRIA .....  | 173 |
| 6.2. CENÁRIO 2 – CHEIAS NAS FREGUESIAS DE SÃO JULIÃO DO TOJAL .....                    | 178 |
| 6.2.1. IMPLANTAÇÃO GEOGRÁFICA .....  | 178 |
| 6.2.2. IMPLANTAÇÃO VIÁRIA .....  | 178 |
| 6.3. CENÁRIO 3 – INCÊNDIO FLORESTAL NA FREGUESIA DE LOUSA .....                        | 182 |
| 6.3.1. IMPLANTAÇÃO GEOGRÁFICA .....  | 182 |
| 6.3.2. IMPLANTAÇÃO VIÁRIA .....  | 182 |
| 6.4. CENÁRIO 4 – INCÊNDIO URBANO NA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DOS<br>CAVALEIROS ..... | 185 |
| 6.4.1. IMPLANTAÇÃO GEOGRÁFICA .....  | 185 |
| 6.4.2. IMPLANTAÇÃO VIÁRIA .....  | 185 |
| 7. CARTOGRAFIA .....   | 190 |
| SECÇÃO III .....   | 192 |
| 1. INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS .....  | 192 |
| 2. LISTA DE CONTACTOS .....  | 202 |
| 3. MODELO DE RELATÓRIO E REQUISIÇÕES .....   | 228 |
| 3.1. – MODELO DE FICHA DE OCORRÊNCIA .....   | 228 |
| 3.2. – MODELO DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA .....                             | 231 |
| 3.3. – MODELO DE FICHA DE REQUISIÇÃO .....   | 237 |
| 4. MODELO DE COMUNICADOS .....   | 238 |
| 5. LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO .....                                   | 244 |
| 6. LISTA DE REGISTOS DE EXERCÍCIOS DO PLANO .....                                      | 245 |
| 7. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO .....  | 249 |
| 8. LEGISLAÇÃO .....  | 250 |
| 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS .....   | 260 |
| 10. GLOSSÁRIO .....  | 263 |

## ANEXO I – CARTOGRAFIA

## ÍNDICE DAS FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 – Rede Estratégica de Protecção Civil (REPC) – Organograma das comunicações .....                                      | 42  |
| Figura 2 – Diagrama de redes .....  | 43  |
| Figura 3 – Estrutura da Protecção Civil .....   | 56  |
| Figura 4 – Estrutura das operações .....  | 58  |
| Figura 5 – Declaração de situação de alerta.....  | 63  |
| Figura 6 – Diagrama de emissão de alertas .....   | 65  |
| Figura 7 – Enquadramento geográfico.....  | 67  |
| Figura 8 – Limites administrativos .....  | 69  |
| Figura 9 – Declives .....   | 70  |
| Figura 10 – Hipsometria .....   | 73  |
| Figura 11 – Exposição de vertentes .....  | 74  |
| Figura 12 – Carta geológica .....   | 76  |
| Figura 13 – Carta de isossistas de intensidade macrossísmica.....   | 78  |
| Figura 14 – Tipo de falhas no concelho de Loures .....  | 78  |
| Figura 15 – Valores mensais da temperatura (Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta de Loures) ..                          | 80  |
| Figura 16 – Precipitação mensal (Fonte: SNIRH – estação meteorológica de São Julião do Tojal) .....                             | 81  |
| Figura 17 – Valores mensais da humidade relativa do ar (Fonte: Instituto de Meteorologia e Geofísica) ...                       | 82  |
| Figura 18 – Rede hidrográfica .....   | 85  |
| Figura 25 – Uso do solo (Fonte: carta de estrutura de ocupação do solo, Setembro 2001).....                                     | 88  |
| Figura 26 – Uso do solo .....   | 90  |
| Figura 27 – Densidade populacional.....   | 92  |
| Figura 28 – População residente em 2001 por freguesia (fonte: INE) .....  | 94  |
| Figura 29 – Variação populacional de 1991 para 2001 (fonte: INE, Recenseamento Geral da população e habitação 1991 e 2001)..... | 96  |
| Figura 30 – Pirâmide etária 1991-2001 (%) .....   | 99  |
| Figura 31 – Rede viária .....   | 109 |
| Figura 32 – Análise comparativa da extensão de vias no concelho .....   | 110 |
| Figura 33 – Rede ferroviária .....  | 111 |
| Figura 34 – Linha da Azambuja (fonte: CP) .....   | 112 |
| Figura 35 – Linha de Sintra (Fonte: CP) .....   | 112 |
| Figura 36 – Linha da Fertagus (fonte: Fertagus) .....   | 113 |
| Figura 37 – Rede do Metropolitano de Lisboa (fonte: Metropolitano de Lisboa) .....  | 114 |
| Figura 38 – Interfaces (Fonte: Fertagus) .....  | 115 |
| Figura 39 – Rede de telecomunicações fixas .....  | 115 |
| Figura 40 – Rede de distribuição de água.....   | 117 |
| Figura 41 – Rede eléctrica nacional .....   | 118 |
| Figura 42 – Rede de postos de abastecimento de combustíveis.....  | 120 |
| Figura 43 – Servidões dos aeroportos e aeródromos.....  | 121 |
| Figura 44 – Património cultural construído.....   | 122 |
| Figura 45 – Localização das instalações dos agentes de protecção civil.....   | 124 |
| Figura 46 – Áreas de intervenção dos bombeiros.....   | 125 |
| Figura 47 – Áreas de intervenção das forças de segurança.....   | 126 |
| Figura 48 – Escola de Prevenção e Segurança .....   | 127 |
| Figura 49 – Vista aérea da Escola de Prevenção e Segurança.....   | 127 |
| Figura 50 – Sala dos incêndios .....  | 129 |
| Figura 51 – Sala das cheias .....   | 129 |
| Figura 52 – Sala dos sismos .....   | 130 |
| Figura 53 – Sala dos riscos domésticos .....  | 130 |
| Figura 54 – Mapa de visibilidade da torre de vigia .....  | 132 |
| Figura 55 – Depósito de água .....  | 133 |
| Figura 56 – Identificação da rede de saúde .....  | 135 |

|                                   |     |
|-----------------------------------|-----|
| Figura 57 – Matriz de risco ..... | 140 |
| Figura 58 – Cenário 1 .....       | 176 |
| Figura 59 – Cenário 2 .....       | 180 |
| Figura 60 – Cenário 3 .....       | 184 |
| Figura 61 – Cenário 4 .....       | 188 |

## ÍNDICE DAS TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1 – Missão dos agentes de protecção civil.....  | 24  |
| Tabela 2 – Missão de alguns organismos e entidades de apoio .....  | 28  |
| Tabela 3 – Administração de meios e recursos.....  | 35  |
| Tabela 4 – Instruções específicas da administração de meios e recursos.....  | 35  |
| Tabela 5 – Apoio logístico às forças de intervenção.....   | 37  |
| Tabela 6 – Instruções específicas do apoio logístico às forças de intervenção .....  | 38  |
| Tabela 7 – Apoio logístico às populações .....   | 39  |
| Tabela 8 – Instruções específicas do apoio logístico às populações .....   | 40  |
| Tabela 9 – Comunicações .....  | 43  |
| Tabela 10 – Responsabilidades na gestão de informação .....  | 45  |
| Tabela 11 – Responsabilidades na gestão de informação pública.....   | 47  |
| Tabela 12 – Organização da Protecção Civil.....  | 55  |
| Tabela 13 – Níveis territoriais de organização da Protecção Civil.....   | 57  |
| Tabela 14 – Estrutura da Protecção Civil Municipal (de acordo com a Lei n.º 65/2007).....  | 57  |
| Tabela 15 – Comissão Municipal de Protecção Civil .....  | 59  |
| Tabela 16 – Médias mensais da frequência e velocidade do vento no concelho de Loures (1961-1990)... 83   |     |
| Tabela 17 – Classes de uso do solo (fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica – actual Instituto Geográfico Português e Câmara Municipal de Loures – Divisão de Informação Georreferenciada) ..... | 88  |
| Tabela 18 – Valores populacionais por sistemas e freguesias.....   | 91  |
| Tabela 19 – Variação da população entre 1981 e 2001 (fonte: DPPDM Loures; INE: Recenseamento geral da população e habitação 1981, 1991 e 2001).....  | 93  |
| Tabela 20 – População residente, por escalões etários e sexo, em 1991 e 2001 .....   | 96  |
| Tabela 21 – População residente (%) por escalões etários e sexo, em 1991 e 2001 .....  | 97  |
| Tabela 22 – Tipo de alojamentos familiares (Fonte: INE – Censos 2001) .....  | 100 |
| Tabela 23 – Número de alojamentos familiares por freguesia (Fonte: INE – Censos 2001) .....  | 101 |
| Tabela 24 – Categoria da população activa empregada (Fonte: INE – censos 2001).....  | 103 |
| Tabela 25 – Evolução da taxa de emprego (Fonte: INE – censos 2001) .....   | 103 |
| Tabela 26 – Repartição do número de activos empregados por ramo de actividade económica em 2001 .....  | 104 |
| Tabela 27 – Distribuição da população activa empregada (Fonte: INE – Censos 1991, 2001) .....  | 105 |
| Tabela 28 – Distribuição empresarial do concelho por ramo de actividades no ano de 2000 (Fonte: INE – Anuário Estatístico de Lisboa e Vale do Tejo, 2001) .....  | 107 |
| Tabela 29 – Localização das 50 empresas com maior volume de negócios em 2001 e 2002 (Fonte: Coface Mope) .....   | 108 |
| Tabela 30 – Sistemas de abastecimento da água .....  | 116 |
| Tabela 31 – Linhas e ramais da rede nacional de transporte de energia .....  | 119 |
| Tabela 32 – Caracterização da torre de vigia de Montachique .....  | 131 |
| Tabela 33 – Depósitos de água para combate a incêndios florestais .....  | 133 |
| Tabela 34 – Identificação de riscos no concelho de Loures .....  | 138 |
| Tabela 35 – Grau de gravidade.....   | 141 |
| Tabela 36 – Grau de probabilidade .....  | 142 |
| Tabela 37 – Identificação do grau de risco para o concelho de Loures.....  | 143 |
| Tabela 38 – Ficha de registo 1 – Ciclones e tempestades .....  | 145 |
| Tabela 39 – Ficha de registo 2 – Ondas de calor.....   | 146 |
| Tabela 40 – Ficha de registo 3 – Vagas de frio .....   | 147 |
| Tabela 41 – Ficha de registo 4 – Cheias e inundações.....  | 148 |
| Tabela 42 – Ficha de registo 5 – Secas.....  | 150 |
| Tabela 43 – Ficha de registo 6 – Sismos.....   | 151 |
| Tabela 44 – Ficha de registo 7 – Tsunamis .....  | 152 |
| Tabela 45 – Ficha de registo 8 – Movimento de massa em vertentes .....   | 153 |
| Tabela 46 – Ficha de registo 9 – Acidentes graves de tráfego rodoviário .....  | 155 |
| Tabela 47 – Ficha de registo 10 – Acidentes graves de tráfego ferroviário.....   | 157 |
| Tabela 48 – Ficha de registo 11 – Acidente grave de tráfego marítimo.....  | 159 |

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 49 – Ficha de registo 12 – Acidentes graves de tráfego aéreo .....                   | 160 |
| Tabela 50 – Ficha de registo 13 – Transporte de mercadorias perigosas.....                  | 161 |
| Tabela 51 – Fichas de registo 14 – Colapso de túneis, ponte e outras infra-estruturas.....  | 163 |
| Tabela 52 – Ficha de registo 15 – Acidentes em parques industriais .....                    | 164 |
| Tabela 53 – Ficha de registo 16 – Acidentes em instalações de combustíveis .....            | 166 |
| Tabela 54 – Ficha de registo 17 – Incêndio em edifícios .....                               | 167 |
| Tabela 55 – Ficha de registo 18 – Colapso de estruturas.....                                | 168 |
| Tabela 56 – Ficha de registo 19 – Acidente NRBQ .....                                       | 170 |
| Tabela 57 – Ficha de registo 20 – Incêndios florestais.....                                 | 171 |
| Tabela 58 – Caracterização do cenário 1 .....   | 177 |
| Tabela 59 – Caracterização do cenário 2 .....   | 181 |
| Tabela 60 – Caracterização do cenário 3 .....   | 185 |
| Tabela 61 – Caracterização do cenário 4 .....   | 189 |
| Tabela 62 – Depósitos de água para combate a incêndios florestais .....                     | 192 |
| Tabela 63 – Lista de recursos e meios disponíveis nos bombeiros voluntários .....           | 193 |
| Tabela 64 – Recursos disponíveis nas juntas de freguesias .....                             | 194 |
| Tabela 65 -Contactos dos membros permanentes na comissão Municipal de Protecção civil ..... | 203 |
| Tabela 66 – Contactos gerais.....   | 205 |
| Tabela 67 – Lista de controlo de actualizações do plano.....                                | 244 |
| Tabela 68 – Modelo de guião de simulacro.....   | 246 |
| Tabela 69 – Modelo para a fita de tempos do simulacro.....                                  | 247 |
| Tabela 70 – Registo de exercícios de evacuação .....  | 248 |
| Tabela 71 – Lista de distribuição do PMEL .....   | 249 |



## ABREVIATURAS E SIGLAS

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>AML</b>        | Área Metropolitana de Lisboa   |
| <b>AML-CL</b>     | Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes  |
| <b>ANPC</b>       | Autoridade Nacional de Protecção Civil   |
| <b>APA</b>        | Agência Portuguesa do Ambiente   |
| <b>APL</b>        | Administração do Porto de Lisboa   |
| <b>ARVM</b>       | Associação de Radioamadores da Vila de Moscavide   |
| <b>BARC</b>       | Associação Brigada Autónoma de Resgate com cães  |
| <b>CCO</b>        | Centro de Coordenação Operacional  |
| <b>CCDR-LVT</b>   | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo                                  |
| <b>CDOS</b>       | Comando Distrital de Operações e Socorro   |
| <b>CDPC</b>       | Comissões Distritais de Protecção Civil  |
| <b>CML</b>        | Câmara Municipal de Loures   |
| <b>CMPC</b>       | Comissão Municipal de Protecção Civil  |
| <b>COM</b>        | Comandante Operacional Municipal   |
| <b>CNPC</b>       | Comissão Nacional de Protecção Civil   |
| <b>CP</b>         | Comboios de Portugal   |
| <b>CVP</b>        | Cruz Vermelha Portuguesa   |
| <b>DGAM</b>       | Direcção Geral da Autoridade Marítima  |
| <b>DIR</b>        | Dispositivo Integrado de Resposta  |
| <b>DPPDM</b>      | Direcção de Projecto do Plano Director Municipal   |
| <b>EAT</b>        | Equipas Apoio Técnico  |
| <b>EDP</b>        | Energias de Portugal   |
| <b>EMQA</b>       | Estação de Monitorização da Qualidade do Ar  |
| <b>EPAL</b>       | Empresa Portuguesa de Águas Livres. S.A.   |
| <b>GNR</b>        | Guarda Nacional Republicana  |
| <b>INAG</b>       | Instituto da Água, I.P.  |
| <b>INE</b>        | Instituto Nacional de Estatística  |
| <b>INEM</b>       | Instituto Nacional de Emergência Médica  |
| <b>MAI</b>        | Ministro da Administração Interna  |
| <b>OCS</b>        | Órgãos de Comunicação Social   |
| <b>PCO</b>        | Posto de Comando Operacional   |
| <b>PDM</b>        | Plano Director Municipal   |
| <b>PEERS-AML</b>  | Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico para a Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes |
| <b>PMEL</b>       | Plano Municipal de Emergência de Loures  |
| <b>PROT AML</b>   | Plano Regional de Ordenamento do Território para Área Metropolitana de Lisboa                                |
| <b>PSP</b>        | Polícia de Segurança Pública   |
| <b>REFER, EPE</b> | Rede Ferroviária Nacional,   |
| <b>REPC</b>       | Rede Estratégica de Protecção Civil  |

|              |   |
|--------------|---|
| <b>ROB</b>   | Rede Operacional de Bombeiros                         |
| <b>SIOPS</b> | Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro |
| <b>SMAS</b>  | Serviços Municipalizados                              |
| <b>SMPC</b>  | Serviço Municipal de Protecção Civil                  |
| <b>SNIRH</b> | Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos   |
| <b>TO</b>    | Teatro de Operações                                   |
| <b>ZCAP</b>  | Zona de Concentração e Apoio da População             |

**PARTE I**  
**ENQUADRAMENTO**  
**GERAL DO PLANO**

11

## 1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Emergência para o concelho de Loures, adiante designado por PMEL, é um plano cuja finalidade é geral, tendo sido elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem possíveis de ocorrer na extensão territorial do concelho de Loures.

O PMEL é um instrumento do Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC), que tem como intuito definir as orientações relativas ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil.

O director do PMEL é o presidente da câmara municipal de Loures que assume a direcção das actividades de protecção civil. A sua substituição será assegurada, nos termos da alínea k) do artigo 8.º, da Resolução da Comissão Nacional de Protecção Civil n.º 25/2008, através de despacho para o efeito.

Uma preocupação crescente da população está relacionada com as questões de segurança individual e colectiva, pelo que se tornou fundamental conhecer os perigos, as vulnerabilidades e os riscos, bem como conhecer as atitudes correctas a tomar para os evitar ou minimizar os seus efeitos.

O PMEL foi elaborado tendo em consideração as principais vulnerabilidades e riscos a que a população do Município de Loures se encontra sujeita. Pelo que se destacam as catástrofes de origem natural, como cheias e inundações, incêndios florestais, sismos, acidentes geotécnicos, ciclones, entre outros, e, ainda, situações de acidentes, como, acidentes industriais, acidentes rodoviários, acidentes ferroviários, acidentes de tráfego aéreo, entre outros.

A reposição da normalidade das áreas afectadas constitui outro dos seus objectivos, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, os bens e o ambiente.

Este plano é composto por quatro partes. A Parte I faz um enquadramento geral do plano, fundamentando as razões da sua existência, descrevendo o seu modo de interligação com outros instrumentos análogos e indicando as condições para a sua activação. A Parte II destina-se a definir a organização da resposta, tipificando as missões e o modo de actuação e articulação dos agentes de protecção civil e demais organismos e entidades de apoio. A Parte III apresenta as áreas de intervenção

básicas de organização geral das operações. Finalmente, a Parte IV mostra informação adicional à descrita nas partes anteriores.

## 2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O âmbito territorial de aplicação do Plano Municipal de Emergência corresponde à área total do concelho de Loures, cerca de 168 km<sup>2</sup>, estando elaborado para enfrentar a generalidade dos riscos naturais ou antrópicos admissíveis de ocorrer no concelho de Loures.

13

## 3. OBJECTIVOS GERAIS

Os principais objectivos do PMEL são:

- providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- definir as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil;
- definir a unidade de direcção, coordenação e comando das acções a desenvolver;
- coordenar e sistematizar as acções de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- minimizar a perda de vidas ou bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais possivelmente, as condições mínimas de normalidade;
- assegurar a criação de condições favoráveis ao desempenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis no concelho de Loures, sempre que a gravidade e a dimensão das ocorrências o justifique;

- habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- promover uma cultura de segurança aos munícipes através de acções de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assumpção de uma cultura de autoprotecção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

#### 4. ENQUADRAMENTO LEGAL

14

A elaboração do PMEL teve por base os seguintes diplomas legais:

- Resolução n.º 25/2008 da Comissão Nacional de Protecção Civil, de 18 de Julho de 2008 – Directiva com as normas de elaboração dos planos de emergência;
- Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional de protecção civil no âmbito municipal;
- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho – Sistema integrado de operações de protecção e socorro;
- Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho – Lei de bases de protecção civil.

#### 5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DO PLANEAMENTO

Ao presente Plano Municipal de Emergência do concelho de Loures antecedeu uma versão aprovada em 9 de Janeiro de 2002, baseada no parecer favorável da então Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC).

No entanto, a primeira versão do Plano Municipal de Emergência de Loures data de 1991, tendo sido aprovado na reunião de câmara de 6 de Novembro desse ano.

Não há conhecimento da realização de exercícios de teste ao plano, embora as corporações de bombeiros locais, conjuntamente com o SMPC, tenham realizado alguns simulacros, com o intuito de testar e melhorar as suas capacidades de reacção a situações de emergência. Salienta-se a realização de um simulacro nas instalações da empresa Hovione.

Durante o período em que vigorou, o referido plano foi activado em 18 de Fevereiro de 2008.

Na sequência da publicação da Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho de 2008, da Comissão Nacional de Protecção Civil, iniciou-se então o processo de elaboração de uma nova versão do documento.

A presente versão do PMEL foi submetida a processo de consulta pública, das suas componentes não reservadas entre 11 de Janeiro e 30 de Fevereiro de 2010, tendo sido recebidos contributos que foram incorporados no mesmo.

Recebeu parecer favorável da Comissão Municipal de Protecção Civil, datado de (...).

15

## 6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A elaboração do PMEL foi efectuada em estreita sinergia com o Plano Regional de Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo (PROT AML), Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico para a Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS-AML), Plano Director Municipal de Loures (PDM), Plano Especial de Emergência contra Cheias na bacia do Trancão e com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Loures, dos quais se retiram essencialmente dados acerca da estrutura demográficas, rede viária, actividades económicas, áreas de risco, entre outras.

## 7. ACTIVAÇÃO DO PLANO

### 7.1. COMPETÊNCIA PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO

O PMEL visa assegurar a colaboração de várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afectos ao plano e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos.

As declarações de situação de contingência ou calamidade poderão também implicar a activação dos planos de emergência do correspondente nível territorial.

De acordo com o artigo 35.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, é ao presidente da câmara municipal que compete, ao nível municipal, no exercício de funções de responsável municipal da política de protecção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de protecção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso. De acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 65/2007, o presidente da câmara municipal é a autoridade municipal de protecção civil competente para declarar a situação de alerta de âmbito municipal e é ouvido pelo governador civil para efeitos de declaração da situação de alerta de âmbito distrital, quando estiver em causa a área do respectivo município. O presidente da câmara, que é apoiado pelo Serviço Municipal de Protecção Civil e pelos restantes agentes de protecção civil, de acordo com a Lei n.º 65/2007, assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de protecção e socorro, emergência e assistência, previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantido os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto. É o presidente da câmara que preside à comissão municipal de protecção civil, enquanto responsável político de protecção civil.

Segundo a alínea c), do n.º 3, do artigo 3.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, a activação do PMEL compete à Comissão Municipal de Protecção Civil.

Quando o PMEL for activado pela declaração de situação de alerta, a Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC) deverá reunir de imediato. Por razões de celeridade do processo e na impossibilidade de reunir todos os membros, essa comissão poderá reunir, quando a natureza do acidente grave ou catástrofe o justificar, com alguns dos seus elementos representados.

A publicitação da activação e desactivação do plano de emergência será feita através dos órgãos de comunicação social, nomeadamente a radiodifusão local; de mensagens SMS; das páginas de Internet da Câmara Municipal de Loures e do SMPC.



## 7.2. CRITÉRIOS PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO

O director do plano activará o plano de emergência quando existir a iminência ou a ocorrência de uma situação de acidente grave ou catástrofe, da qual se prevejam danos elevados para a população, bens ou ambiente que justifiquem adopção imediata de medidas excepcionais de prevenção, planeamento e informação.

O PMEL é um plano geral destinado à totalidade dos riscos susceptíveis de causar um acidente grave ou catástrofe no concelho de Loures, sendo activado segundo os seguintes pressupostos:

- magnitude do evento sísmico igual ou superior a 6,1 na Escala de Richter;
- intensidade sísmica de grau igual ou superior a VIII na Escala de Mercalli modificada;
- períodos de precipitação intensa superior a 30 mm em uma hora ou superior a 80 mm em seis horas;
- rotura em conduta do gasoduto com libertação de gás para a atmosfera;
- incêndio florestal: com duração superior a 12 horas; áreas protegidas onde seja previsível a perda de valores ambientais; áreas de interface urbana onde seja previsível a perda de vidas humanas;
- sempre que for declarada a situação de alerta e contingência, nos termos da Lei de Bases da Protecção Civil;
- outras situações em que o CMPC entenda ser necessário a activação do PMEL.

## 8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS

Por exercício de postos de comando (*Command Post Exercise, CPX*) entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações, e que tem como objectivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

Por exercício LivEx entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios humanos e equipamento, permitindo

avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercício em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e a realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e actualizando-o se for caso disso e, por outro lado, rotinarem-se os procedimentos a adoptar em situação real de emergência, em articulação com as várias entidades convocadas para cada caso.

Assim, é fundamental a realização de um exercício anual, sendo que nos anos o pares exercício deverá ser do tipo CPX (Exercício de Posto de Comando, sem meios no terreno) e nos anos ímpares do tipo Livex (Exercício de ordem Operacional com meios no terreno).